

EGON BOCKMANN MOREIRA  
BETINA TREIGER GRUPENMACHER  
RODRIGO LUÍS KANAYAMA  
DIOGO ZELAK AGOTTANI

# PRECATÓRIOS

O SEU NOVO REGIME JURÍDICO

3ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

*A VISÃO DO DIREITO FINANCEIRO,  
INTEGRADA AO DIREITO TRIBUTÁRIO  
E AO DIREITO ECONÔMICO*

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfour

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Brenno Stolagli Teixeira

*Adaptação de capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Precatórios: o seu novo regime jurídico: A visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico / Egon Bockmann Moreira...[et al.]. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Outros autores: Betina Treiger Gruppenmacher, Rodrigo Luís Kanayama, Diogo Zelak Agottani

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-547-1

1. Direito econômico 2. Direito financeiro 3. Direito tributário 4. Precatório - Brasil 5. Regime jurídico I. Moreira, Egon Bockmann. II. Gruppenmacher, Betina Treiger. III. Kanayama, Rodrigo Luís. IV. Agottani, Diogo Zelak.

21-62212

CDU-34:336

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito financeiro 34:336

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. O REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS: SUA RAZÃO DE SER.....</b>	<b>17</b>
1.1. O porquê do regime jurídico de pagamentos mediante precatórios .....	17
1.2. A origem e evolução histórica do regime de precatórios.....	21
1.3. A constitucionalização do regime de precatórios .....	26
1.4. Os precatórios na Constituição de 1988: sucessivas mutações.....	32
1.5. A moldagem do regime de precatórios.....	<b>40</b>
<b>2. O REGIME JURÍDICO DO PRECATÓRIO: SEUS LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS.....</b>	<b>43</b>
2.1. A necessidade de limites ao pagamento mediante precatórios.....	43
2.2. Os limites de ordem objetiva.....	45
2.3. Limites de ordem subjetiva.....	47
2.4. A “Fazenda Pública” e as “entidades de direito público” sujeitas ao regime jurídico dos precatórios .....	49
2.4.1. O conceito normativo de “Fazenda Pública” .....	<b>50</b>
2.4.2. O conceito normativo de “entidades de direito público” .....	58
2.5. As empresas estatais e o regime dos precatórios .....	62
2.6. As empresas estatais, o regime dos precatórios e o entendimento do STF.....	67
2.7. Os conselhos de fiscalização profissional e o regime de precatórios.....	74
<b>3. O PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....</b>	<b>77</b>
3.1. O procedimento de pagamento de precatórios.....	77
3.2. Da execução e do cumprimento de sentença .....	77
3.2.1. A previsão do CPC/73 .....	78

## 8 PRECATÓRIOS: O SEU NOVO REGIME JURÍDICO

3.2.2. A previsão no CPC .....	79
3.3. Processo de pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública.....	80
3.3.1. Cumprimento de sentença.....	80
3.3.2. Execução de título extrajudicial.....	84
3.4. O ofício-precatório (ou precatório).....	85
3.5. O momento de apresentação .....	89
3.6. A atualização monetária .....	91
3.7. Os juros de mora .....	94
3.8. Apresentação do ofício-precatório e equívocos nas informações .....	97
3.9. O procedimento administrativo depois da expedição de precatórios: recursos ....	99
3.10. Alteração da natureza do precatório .....	101
3.11. Compensação de precatórios .....	101
3.12. Recebimento do ofício-precatório pelo presidente do Tribunal .....	105
3.13. Sequestro de verba.....	105
3.14. Intervenção federal e estadual em razão do não pagamento das dívidas judiciais.....	109
3.15. Honorários advocatícios .....	111
3.15.1. Trânsito em julgado e impugnação ao cumprimento de sentença.....	111
3.15.2. A execução de título extrajudicial.....	114
3.15.3. Destaque dos honorários.....	114
3.16. As preferências .....	118
3.16.1. Titulares de precatórios alimentícios com 60 anos de idade ou mais, portadores de doença grave e pessoas com deficiência.....	118
3.16.2. Dos precatórios alimentícios e não alimentícios .....	122
3.16.3. Sobre a Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	124
3.17. Pagamento mediante acordo.....	126
<b>4. A INADIMPLÊNCIA, CONFLITOS, VIOLAÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>129</b>
4.1. Os conflitos constitucionais e a extinção do crédito tributário .....	129
4.2. As inconstitucionalidades das EC 30 e 62.....	136
4.3. A inadimplência e a LRF .....	142
<b>5. UM NOVO REGIME ESPECIAL E OUTRAS ALTERAÇÕES RECENTES .....</b>	<b>147</b>

5.1. Reviver a EC 62.....	147
5.2. O novo regime dos precatórios: EC 94 e 99.....	148
5.2.1. Alterações no regime ordinário de precatórios.....	149
5.2.2. Observações às normas acrescentadas ao art. 100 da CRFB.....	152
5.2.3. Dívida para pagar dívida .....	154
5.3. Novo regime especial de pagamento de precatórios.....	156
5.4. Depósitos judiciais para pagamento de precatórios.....	160
5.4.1. O regime da Lei Complementar 151/2015 e o uso dos depósitos judiciais .....	160
5.4.2. O regime das EC 94 e 99 e a utilização dos depósitos judiciais.....	163
5.5. Cancelamento de precatórios e RPV: a Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.....	165
5.6. A convivência do Regime Especial e do Novo Regime Fiscal.....	169
5.7. A EC 109/2021 .....	170
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO I – EMENTAS DOS <i>LEADING CASES</i> DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO II – PRECATÓRIOS E REPERCUSSÃO GERAL .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO III – PRECATÓRIOS SEGUNDO OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS .....</b>	<b>227</b>
<b>ANEXO IV – PRECATÓRIOS SEGUNDO O CNJ.....</b>	<b>247</b>
<b>ANEXO V – RESOLUÇÃO CNJ 303, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 (TEXTO COMPILADO).....</b>	<b>257</b>
<b>ANEXO VI – EMENDA CONSTITUCIONAL 94, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 .....</b>	<b>293</b>
<b>ANEXO VII – EMENDA CONSTITUCIONAL 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017 .....</b>	<b>299</b>
<b>ANEXO VIII – EMENDA CONSTITUCIONAL 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021 .....</b>	<b>303</b>